Sábado, 16 de Agosto de 2025

Atrasos e sobrecarga motivam médicos a abandonarem plantões em Cuiabá

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

Redação RBMT

A disfunção na Saúde Municipal tem levado médicos plantonistas a abandonarem suas atividades nas UPAS e policlínicas de Cuiabá antes de cumprirem a carga horária. É o que aponta o relatório preliminar da interventora Danielle Carmona Bertucini.

No documento, Danielle concluiu que o fato tem sido recorrente nesses dois tipos de unidades de saúde. Entre as causas, ela citou os atrasos nos pagamentos, sobrecarga e falta de insumos e medicamentos.

Segundo a interventora, 80% da cobertura dos plantões nas UPAs Verdão, Morada do Ouro, Planalto, Pascoal Ramos, Pedra 90 e na Policlínica do Coxipó são realizadas por esses profissionais terceirizados. Eles são contratados pelas empresas Medclin, LG e Coaph.

Serviços de diagnóstico

Além disso, a análise também expôs que entre outubro e novembro de 2022, houve suspensão dos serviços de diagnóstico de imagem nas UPAs e policlínicas. Assim, toda demanda foi redirecionada para o Hospital Municipal de Cuiabá.

Entretanto, para que os pacientes com essa demanda sejam atendidos, precisa que haja uma “lotação” das ambulâncias disponibilizadas às unidades, que os levam até o HMC.

“O resultado do exame de raio-x laudado é liberado após 3 dias; pacientes não internados, mas que precisam do exame, são orientados a dirigir-se ao HPSMC e retornar para avaliação médica ou procurarem Unidade Básica de Saúde”, consta no documento.

“[...] Em razão desse fluxo, ocorre acúmulo de pacientes e novas demandas em outros dias da semana para análise dos exames pelos médicos do pronto atendimento. Por sua vez, os pacientes em observação e/ou sob cuidado da equipe multiprofissional ficam internados por mais dias aguardando o resultado dos exames”.

Quanto aos exames laboratoriais, que avaliam, por exemplo, sangue, urina e fezes, o serviço foi terceirizado às empresas Inac e Clinilab. Conforme o relatório, os resultados dos pacientes em observação clínica leva em torno de 12h a 24h para serem entregues.

Tal fato “contribui para a morosidade do atendimento (permanência do paciente na unidade), aumento dos custos (como refeição) e cuidados”.

A intervenção

Desde o dia 9 de março, a Saúde Municipal está, pela segunda vez, sob gestão do Estado, após decisão do Tribunal de Justiça, que determinou a intervenção na Pasta.

A determinação tem prazo de 90 dias, podendo ser prorrogada. A primeira intervenção ocorreu em dezembro do ano passado, mas foi suspensa em janeiro pelo Superior Tribunal de Justiça.

Fonte: Midia News